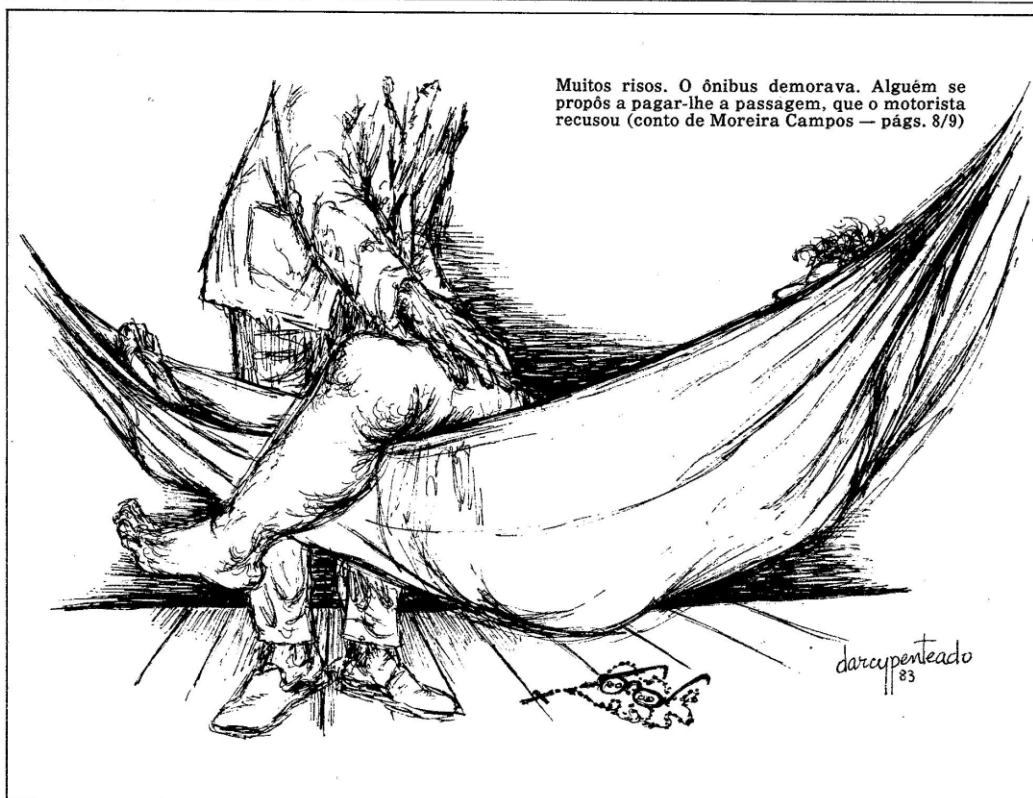


D.O.

Leitura

Ano 1 • Número 11 • São Paulo, abril de 1983



Muitos risos. O ônibus demorava. Alguém se propôs a pagar-lhe a passagem, que o motorista recusou (conto de Moreira Campos — pág. 8/9)

SARGENTO GETÚLIO: Belo filme de um grande romance

*... levando
de arrastão,
como cão na coleira,
o preso político,
inimigo do
patrão.*



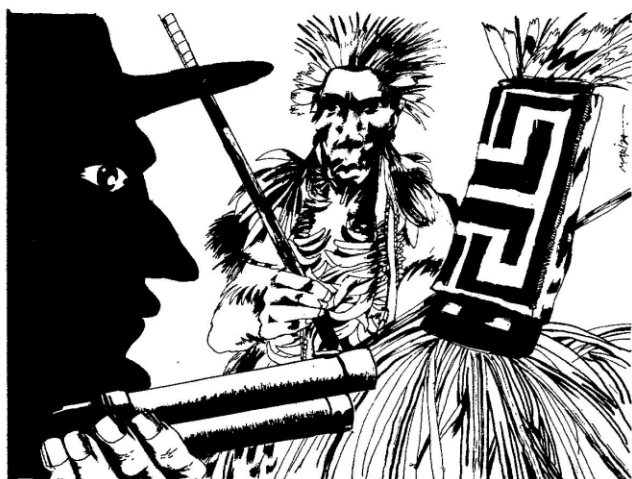
Fenômeno intrigante para sociólogos e economistas: o café não produziu literatura. Entretanto, com José Lins do Rego todo um ciclo literário em torno da cana-de-açúcar. (Págs. 12/13)



Cinco anos depois, a demarcação é ainda uma promessa

A demarcação constitui recurso jurídico para garantir aos índios terras que milenarmente são suas, bem como protegê-los da influência perniciosa dos brancos invasores. Mostra o autor que, após cinco anos de muitas promessas, as autoridades sequer iniciaram esse trabalho de proteção em 70 áreas dentre as 500 existentes.

Pedro Zan



Cinco anos depois de muitas promessas, o Governo Federal ainda não iniciou a demarcação de 70 áreas indígenas de um total de mais de 500 que sofrem continuamente a invasão de posseiros e fazendeiros, o que reduz ainda mais os limites dessas reservas. Esse é um trabalho tão prioritário que antes mesmo do início da Semana do Índio, de 19 a 24 de abril, seus organizadores já escolheram um importante slogan: "Agora, após cinco anos, pela demarcação das terras indígenas."

Qual o motivo desse atraso? "Falta de verbas", argumenta a Funai, para retardar ainda mais a demarcação das terras, um trabalho que agora não tem sequer prazo para ser concluído. Ao mesmo tempo em que mantém sua indecisão, a Funai, segundo fontes da Comissão Pró-Índio, ficará na dependên-

cia dos Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários (este sem qualquer relação com a preocupação de se zelar pelo índio) que terão a "decisão final" nas discussões pela demarcação.

Para a demarcação do primeiro lote de áreas, a Funai solicitou ao Governo Federal Cr\$ 1,5 bilhão, que foi reduzido inicialmente para Cr\$ 426 milhões, até chegar recentemente a Cr\$ 35 milhões, quantidade que sequer é suficiente para contratação de topógrafos e pessoal de campo, acostumados a esse trabalho de delimitação de áreas. Enquanto as verbas diminuem, cresce a tensão social em muitas dessas reservas espalhadas em todo o País.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo explica que as populações indígenas ocupam negas de terra desde tempos pré-colombianos e, pelo Estatuto do Índio, es-

sas áreas lhes pertencem, independente de qualquer delimitação realizada pelo Governo Federal. E que Ministérios do Interior e Assuntos Fundiários — não engajados na luta pela preservação da integridade do índio — estão mais preocupados em atender todos os grupos interessados na posse da terra do que dar uma solução definitiva para cada caso.

**Comissão
Pró-Índio
e órgãos internacionais
pressionam a Funai**

Além de não conseguir delimitar as terras em que vivem há milênios, os índios podem ficar sem ver-

bas suficientes para manter sua assistência médica, o que irá colaborar para a redução da população das tribos, no instante em que a Funai anuncia o início de contato, ou maior aproximação, com parte dos cerca de 10 mil índios ainda sem conhecer a civilização, ou em fase de atração pelas equipes de sertanistas. Atualmente, há oito frentes de atração nos Estados do Amazonas, Maranhão, Goiás, Pará, Rondônia e Território de Roraima. A Funai está fazendo o levantamento de outros seis grupos indígenas, no Amazonas e Maranhão, para abertura de novos pontos de contato.

O argumento da Funai está em desacordo com o que ocorre na prática: "Tais trabalhos (os de frentes de atração) permitem conhecer a extensão de terras necessárias a cada grupo indígena, visando à futura demarcação, e garantem uma assistência permanente aos índios, referente aos seus direitos. O que acontece, porém, é que a maioria das frentes de atração está sujeita a ataques de índios contra funcionários da Funai, o que leva os sertanistas a argumentar: 'Esta é uma reação natural dos indígenas, ante a presença dos brancos em suas terras, já que os silvícolas sempre foram agredidos e quase dizimados por brancos, durante toda a História do Brasil'."

Crescem os comentários na região de Cuiabá, em Mato Grosso, que nos próximos dias serão adotadas as primeiras medidas para nova diminuição das reservas indígenas, por causa das pressões fundiárias. Recentemente, venceu o prazo para o pagamento da dívida (primeira parcela) da Agropecuária Capemi à Funai — um contrato pelo qual ficou acertado que a empresa se encarregaria de retirar madeira de uma área de 20 mil hectares que pertencem aos índios Paracanã. O valor total do contrato é de Cr\$ 356 milhões.

Ainda em março, o Banco Mundial enviou telex à Fundação Nacional do Índio, reclamando do atraso na demarcação das terras dos índios Nhamiquara, em Rondônia (cerca de 400 mil hectares), conforme ficara acertado com o gover-

no brasileiro, durante assinatura de financiamento a programas do Polonoroeste. O telex provocou irritação no presidente da Funai, coronel Paulo Leal — "não aceito pressões de ninguém" —, que voltou a alegar falta de recursos para demarcar terras e indenizar fazendeiros da área. Nessa época, a Funai tinha em caixa apenas Cr\$ 32 milhões; para indenizar todos os fazendeiros seriam necessários Cr\$ 250 milhões.

**Empresa envolvida
em irregularidades
invade área
dos Paracanã**

Os Paracanã, que perderam as árvores de suas terras para a Capemi — empresa envolvida em várias irregularidades e cuja direção deverá responder a uma CPI criada na Câmara Federal —, escolheram, há cinco anos, um novo local para viver, ao saberem que suas reservas seriam inundadas pelo lago a ser formado com a barragem de Tucuruí. Transferidos, os índios não tiveram até agora uma delimitação de suas novas terras, motivo de inquietação em virtude de esta área já ter sido invadida por colonos do Incra.

Com a transferência dos Paracanã, os índios tiveram mais prejuízos que vantagens. Perderam o auxílio do hospital da Vila Permanente, existente junto ao canteiro de obras da usina hidrelétrica de Tucuruí, sendo cuidados por atendentes de enfermagem da Funai que, em sua maioria, "não possuem conhecimento suficiente de moléstias que atingem as populações indígenas". Além disso, desde 1978 há índios Paracanã perambulando pelo seu novo território, sem ter tido nunca contatos com brancos. Eles representam uma população de 100 a 150 pessoas.

A difícil situação do índio e da demarcação de suas terras foi um dos motivos que levou o deputado e ex-cacique xavante Mário Juruana a apresentar um projeto propondo a criação da

A situação atual das terras dos índios Bororo de Mato Grosso é das mais críticas. A reserva indígena de Meruri está apenas parcialmente demarcada, uma situação melhor do que a dos Bororo da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Das três, a de Tadarimana está fortemente ameaçada por brancos interessados nas ricas matas e terras férteis; a de Teresa Cristina foi invadida por um fazendeiro que ocupa as melhores terras, deixando aos Bororo áreas arenosas sujeitas à invasão de posseiros e pescadores. O comentário geral na região é que "as reservas indígenas vão acabar".

Comissão do Índio, em caráter permanente na Câmara dos Deputados. Sua função: receber e investigar denúncias sobre assuntos de interesse do índio, propor medidas legislativas de defesa do índio e da ecologia das reservas indígenas, e investigar o cumprimento da legislação de defesa do índio.

Enquanto não surge essa comissão, aldeias indígenas serão prejudicadas pela estrada que liga Belém—Brasília ao Mato Grosso e que atravessa o parque nacional do Araguaia. Denúncia feita pela Comissão Pró-Índio indica que a mais atingida será a aldeia Javáé, de Barreira da Cruz, na foz do rio Formoso. A aldeia também não tem sequer suas terras delimitadas e fica fora da área do parque indígena do Araguaia, embora tenha grande significado mitológico e histórico. É considerado um dos berços das nações Javáé e Carajá.

“Os Javáé desta aldeia — afirma a Comissão Pró-Índio — sofrem pressões de fazendeiros e a omissão da Funai em demarcar a área ocupada imemorialmente. Quando cruza o Araguaia, a estrada passa próxima à aldeia Carajá, de Macaúba, aproximando turistas e pescadores profissionais, que dizem a pesca na parte norte da ilha. Com a construção da estrada, a invasão de pescadores tende a aumentar. A estrada serve aos interesses de criadores e arrendatários do Parque Indígena do Araguaia. E a comissão pede a imediata demarcação das terras da aldeia de Barreira da Cruz e se opõe à construção desta estrada que cortará a aldeia.”

A última reunião, em Brasília — a primeira realizada exclusivamente por índios —, contou com a presença de 220 representantes de 43 tribos de todo

o País. Promovido pela União das Nações Indígenas do Brasil, o encontro serviu para iniciar uma maior união de seus representantes — “A União das Nações Indígenas do Brasil fez com que os indígenas tivessem uma ampla conscientização, e foi o primeiro passo para uma verdadeira história do índio brasileiro no decorrer dos 482 anos de invasão de uma cultura e o sistema de vida dos dominantes.”

A preocupação da Unind, segundo Alvaro, índio Tucuna, “é mostrar os erros e perigos que o Governo traz para as nações indígenas, principalmente com relação à sua saúde e educação”. Apoiada apenas por entidades e pessoas ligadas às Igrejas Católica e Protestante, a Unind não é reconhecida pela própria Funai, “pelo fato de o índio ser considerado **relativamente incapaz**, termo racista em relação aos povos indígenas”.

Usando as “armas” que estão ao seu alcance, a Funai entrou, na Justiça Federal, no começo do ano, com ação de reintegração de posse “cumulada com perdas e danos” contra várias pessoas que invadiram ilegalmente a reserva dos índios Xicrin do Kateté, subgrupo dos Caiapó que habitam a região dos rios no município de Marabá. A invasão começou em 1976, quando o governo do Estado do Pará, através do Departamento de Estradas e Rodagem, iniciou a construção da rodovia PA-279 que pretendia ligar Marabá a São Félix do Xingu.

Sabendo da possibilidade de invasão das terras indígenas, a Funai demarcou um ano depois a reserva. Os invasores alegam que obedeceram a uma convocação do governo para desenvolver o sul do Pará, adquirindo terras fáceis, inclusive dentro da reserva

dos Xicrin, sem se interessar pela sua procedência.

A situação atual das terras dos índios Bororo de Mato Grosso é das mais críticas. A reserva indígena de Merurê está apenas parcialmente demarcada, uma situação melhor do que a dos Bororo da reserva de Teresa Cristina, Tadarimana e Jarudori. Das três, a de Tadarimana está fortemente ameaçada por brancos interessados nas ricas matas e terras férteis; a de Teresa Cristina foi invadida por um fazendeiro que ocupa as melhores terras, deixando aos Bororo áreas arenosas sujeitas à invasão de posseiros e pescadores. O comentário geral na região é que “as reservas indígenas vão acabar”.

Em pior situação ainda se encontram os Bororo do Jarudori, forçados a abandonar gradativamente sua aldeia à medida que a área era ocupada por brancos atraídos pela garimpagem e exploração da lavoura, a partir da década de 40. Atualmente, os Bororo do Jarudori não são mais uma aldeia, mas um pequeno grupo de casas de palha totalmente abandonadas e cercadas por arame farpado, cujos moradores vivem dispersos sem se conseguir integrar nas vizinhas reservas Bororo.

“Cabe à Funai — denuncia a Comissão Pró-Índio — acelerar a demarcação das terras Bororo antes que sejam irremediavelmente invadidas por posseiros, fazendeiros e empresários ligados à exploração agropecuária. Cabe à Funai garantir que as terras indígenas demarcadas sejam registradas em cartório para a legalização de terras tribais usurpadas por métodos por demais conhecidos. Cabe à Funai indenizar a tribo Bororo pela perda das terras do Jarudori, com base na consulta às suas comunidades vergenhosa-



Mulher bororo.
O cabelo cortado indica a fase aguda do luto.

mente burladas e negligenciadas pela passividade do órgão tutor frente às pressões da área.”

“Cabe à Funai alterar rapidamente o sentido de sua política etnocida, fadada de passiva convívio que mantém frente às pressões exercidas em plano nacional e internacional. Cabe a nós, membros da sociedade civil, desmascarar tal fachada acoplada ao desenvolvimento tecnocrata instaurado em nosso país, e lutar não por um “paternalismo” selvagem, mas pela salvaguarda, em nosso meio, dos reais direitos hu-

manos, que, antes de mais nada, são representados pelo real direito à sobrevivência.”

Pedro Zan, jornalista. Nessa atividade tem-se especializado no desenvolvimento de assuntos ligados à formação étnica do povo brasileiro. Mantém contato, na atividade de repórter, com diversas tribos ao longo do Rio Negro. Maria Dias Costa, desenhista e ilustradora. Participante de diversas exposições, atua, desde 1979, na **Folha de S. Paulo**.

Fotos do Museu Plínio Ayrosa



Caçadores bororos da área do Rio São Lourenço, a sudeste de Cuiabá, proximidades do Pantanal. De seu clã, usadas por ocasião dos funerais. e as vestes rústicas indicavam a influência do homem branco há cerca de cinquenta anos.

Utopias e o sonho azul da Colônia Cecília

O autor mostra diversos tipos de utopias que, inspiradas em generosos ideais, não conseguiram concretizar-se e tampouco fugir, mesmo na teoria, aos imperativos do trabalho, como no Éden... No Brasil, tentou-se, em fins do século passado, uma experiência desse gênero, tornada possível com terras doadas por Pedro II, na região do Paraná. Foi a Colônia Cecília, de curta duração; objeto de um romance de Afonso Schmidt.

Mário Donato

O jovem senhor de fardos bigodes e um começo de calvície, com um ar assim de cientista político, debruçou-se sobre a sua bem mais jovem acompanhante e lhe afirmou em tom taxativo: "O anarquismo é uma utopia." Estáva-

mos saindo de uma sessão de teatro em que se levava à cena *Bela Ciao*, uma peça sobre o anarquismo, hoje tema de muitos livros, peças e filmes.

Uma utopia? Que é uma utopia no consenso atual? Algo de paradisíaco e de

inefável. Tão bom, que se faz inexecutável. Como temos interesse em que nos entendam professores e alunos, os principais leitores deste suplemento, registremos, logo de início, que utopia é uma palavra criada pelo religioso católi-

co e escritor inglês Thomas Morus para designar lugar nenhum — nenhures, em bom português. E que o anarquismo, por sua vez, é uma ideologia que pretende que os homens vivam sem nenhum governo.

Ora, as utopias inventadas pelos homens desde que o mundo é mundo não correspondem ao ideal dos que entendem erradamente o anarquismo. Com exceção do Jardim do Éden, onde viveram Adão e Eva em nudez, sem pecado e sem trabalhar nem sofrer (o que, aliás, durou pouco), todas as utopias foram sempre rigorosamente organizadas, pois os seus criadores, criticando as sociedades em que viviam, elaboraram outras, em que o principal era a ordem, a ausência do imprevisto, o interesse coletivo sobrepujando o individual.

Até a Canaã dos hebreus, onde os escritores bíblicos dizem que manavam leite e mel, tinha um deus vigilante e ciumento, leis, sacerdotes, chefes, trabalhadores e soldados. Não era uma anarquia, embora tenha sido apontada como símbolo de um paraíso na terra.

Citando Gilles Lapouge, que a propósito do centenário da morte de Karl Marx nos lembra estes raciocínios em recente artigo transcrito pela nossa imprensa, o pai das utopias foi Platão, que viveu entre o IV e o V séculos antes de Cristo. Era um impenitente criador de utopias, o que dá a medida do seu inconformismo. Uma delas, a da Atlântida, até hoje é discutida a sério: existiu mesmo ou não? No presente caso, o que nos interessa é a sua República, estratificada em classes estanques e governada por reis-filósofos. Um "establishment" tão rígido que os poetas nela não tinham lugar e seriam enviados para as fronteiras, pois o seu indiscutível individualismo poderia pôr a perder todo o edifício pla-

tônico. Se o Brasil fosse estruturado em tais moldes, nossos poetas, de Castro Alves a Ferreira Guller, seriam hóspedes forçados do Estado em algo assim como a Ilha do Bananal! O Navio Negroiro, o Poema Sujo e a Rosa do Povo de Drummond levariam seus autores à cicuta, como no caso de Sócrates.

Não menos severo é o criador da palavra utopia, Thomas Morus, cujo livro, que tem aquele nome, escrito em latim no ano de 1516, constrói uma ilha em oposição à Inglaterra de Henrique VIII, o que lhe custou a cabeça. A sua sociedade, uma amalgama das virtudes platônicas e paulinas, eliminava, de fato, os males da sociedade inglesa de então, como o poder autocrático, a propriedade privada da terra e a exploração do povo pelos "landlords". Mas, em contrapartida, não deixava lugar a quem, como ele, quisesse erguer a voz para alguma crítica, mesmo construtiva.

Estranho carrasco mal-humorado com a angústia das pessoas levadas ao cadafalso

Logo após Thomas Morus, no mesmo século, surge outro religioso sonhando a sua utopia, agora um calabrés, Tommaso Campanella, dominicano, hostil ao aristotelismo escolástico. É ele autor de *A Cidade do Sol*, em que defende a propriedade coletiva de todos os bens produzidos pela comunidade. Nela, os funcionários têm o dever de persuadir os insubmissos a aprovarem o seu próprio castigo, em consequência do que piedosamente os matam... Lembra Lapouge, a propósito, que lord Bulwer-Lytton, muito mais tarde, incluiu numa utopia de sua lavra um carrasco, cavalheiro este que ficava muito chocado quando as pessoas que levava ao cadafalso manifestavam angústia e mau-humor...

Pela ordem cronológica, o utopista seguinte é Etien-



ne Cabet, dos fins do século XIX, autor de *Viagem à Icária*. Nesta cidade havia um toque de recolher permanente, vexame que, na interpretação mais do que ingênua do autor, era acolhido com grande júbilo pela população! O mais recente de tais utopistas clássicos é o norte-americano Edward Bellamy (1850-1898), cujo *Cem Anos Depois* (título em português) se passa em Boston no ano 2000. Felizmente, os bostonianos do segundo milênio não contam criminosos entre si: os que se insubordinam são tratados como loucos.

Todos estes utopistas tinham a melhor das intenções. Comoviam-se com a pobreza, a doença e a desesperança, e buscavam dar-lhes remédio através de uma nova organização social, cuja base era, sempre, a propriedade coletiva de todos os bens. Thomas Morus lá ainda mais longe: depois de certo tempo, embora todas as casas fossem absolutamente idênticas, as famílias deveriam mudar-se, a fim de se eliminarem delas sinais da singularidade de cada grupo familiar, como um retrato na parede, um enfeite, um bibelô. Enfim, proibido tudo quanto pertencesse ao indivíduo e escapasse ao Estado anônimo e todopoderoso.

Em todas as utopias, o Estado, de uma forma ou de outra, está sempre presente e o trabalho é uma obrigação a que ninguém pode furtar-se. Sobre tudo no caso dos chamados "socialistas utópicos", como Jean Grave, Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Godwin, Owen e Morris, todos do século XIX, que invocavam outras soluções para a produção de bens, como o cooperativismo ou o contrato livremente estabelecido entre as partes. Nunca nenhum deles atreveu-se a criar uma utopia "anarquista", ou seja, um paraíso edênico, sem governo nem trabalho, onde os seus felizes cidadãos pudessem colher nas árvores, plantadas por Deus, além dos frutos naturais, algo como conjuntos completos e grátis de "prêt-à-porter", liquidificadores, óculos ray-ban e radinhos de pilha. Nem James Hilton, autor de *Horizonte Perdido*, que vimos no cinema, e cuja terra de sonho, Shangri-Lá, abrigava a chama da eterna juventude, disponível ao menos para os eleitos. Como também Ela, de Ridder Haggard, em que Hilton deve ter-se inspirado. Em todas as utopias há governo e trabalho. Nenhuma terra é a Cocanha dos Italianos — aquele pau-de-sebo em cuja ponta os mais espertos colhem brincando os prêmios da sua ociosidade legal.

Os estudiosos localizam

na suíça Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) o desabrochar da idéia do anarquismo dos tempos modernos. Ou seja, o nascimento da concepção de que o homem é naturalmente bom e que a sociedade é que o deforma. Por isso, o surgimento do Bom Selvagem, tema que o nosso eminente Afonso Arinos desenvolveu num dos livros mais inteligentes das nossas letras, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Àquela época, em França, já havia indústria e, portanto, horários escravizantes, salários vis e doenças profissionais. E os enciclopedistas, como Rousseau e Diderot, por exemplo, sonhavam com a volta à natureza. A vida, para eles, deveria ser um eterno piquenique, em contacto com os bens naturais, e qualquer trabalho seria objeto de livre contrato, nunca de leis e de opressão. Um Éden entrevisto em vigília, mas cujos fundamentos objetivos nunca foram delineados, pois, na sua base, alguém teria de mourear para o sustento daquele permanente festival campestre.

No Brasil, com a Colônia Cecília, a única idéia utópica que se concretizou

O único "paraíso" anarquista que conhecemos, e justamente em nossa terra, é o evocado pelo livrinho *Colônia Cecília*, de Afonso Schmidt. Repetimos: paraíso sem governo nem obrigação de trabalho, o que nunca esteve nas cogitações do príncipe Krapkin, que se inspirou nas guildas dos relojoeiros do Jura suíço para o seu ideal anarquista, nem de Bakunin, embora este estivesse mais próximo do nihilismo do que de uma sociedade organizada.

Aquela Colônia Cecília instalou-se, em 1890, numa área de terras, cedida pelo Imperador Pedro II, entre Palmeiras e Santa Bárbara, no Paraná, e nela se sediou um punhado de italianos trazidos pelo agrônomo Giovanni Rossi. A primeira pergunta que

ocorre é como o soberano brasileiro permitira a vinda de gente com um ideal tão pouco condizente com a sociedade brasileira, onde, depois da emancipação dos escravos, precisava-se mais de trabalho que de capital. Teria acreditado em que a realidade seria mais forte que o sonho e que as terras férteis do Paraná, com as suas messes, deitariam abaixo aquela ficção de desprezo pelos bens materiais?

Não há documento a respeito. Da mesma forma que Afonso Schmidt não nos conta, em seu pequeno romance, quais as estruturas daquela emergente sociedade. Alude apenas à ausência de chefes e à livre escolha de trabalhar ou não, estendendo-se, aliás, exageradamente, sobre o amor livre. Diga-se de passagem que o Dr. Rossi, de volta à Itália, escreveu um folheto, não sobre a experiência anarquista na Colônia, mas apenas sobre uma experiência de amor livre, de que ele foi participante pessoal, na mesma Colônia. Nesse terreno, quem mais avançou foi François Fourier (1772-1837) em seu *O Novo Mundo Amoroso*, que não influenciou seus contemporâneos, pois o livro, apenas curiosidade bibliográfica, só veio a ser revelado mais de um século após a sua morte. Em sua utopia eram admitidas até perversões eróticas.

Voltando à Colônia Cecília, Afonso Schmidt, num pormenor, dá a entender que o Dr. Rossi se desencantava com a falta de consciência coletiva dos seus companheiros. Vejamos:

— "Outra vez, Córdias (pseudônimo de Rossi) ouviu este diálogo:

— "Antônio, eu ainda não sei carpir e preciso que você me ensine..."

— "Não ensino a ninguém. Aqui cada um carpe

como quer. Na anarquia não se ensina a ninguém.

"O filósofo sorriu com tristeza e lá se foi à frente para dar o exemplo. A incompreensão de alguns doía-lhe na alma, como um crime feito não a ele, mas a todos, à humanidade de amanhã."

Como se vê, mesmo aquela sociedade formada pelo anarquista Giovanni Rossi repousava numa base de trabalho, de interesse coletivo, de auxílio mútuo. Não aceitava nem tinha chefe, mas deviam todos compreender por si sós que não sobreviveriam sem um mínimo de cooperação e reciprocidade. Realmente, a Colônia não durou mais do que uns quatro anos, embora chegasse a conter trezentas pessoas. Muitas das quais trabalhavam, inclusive fora, noutros sítios, nas estradas de ferro, para trazer recursos com que sustentar os que apenas flanavam, discursando, teorizando e amando... a mulher do próximo. E a experiência morreu com o abandono da Colônia e a retomada das terras pelo governo republicano.

Tinha razão, portanto, o jovem senhor cientista político do início deste artigo, ao afirmar que o anarquismo é uma utopia. Embora os anarquistas, ao que se saiba, jamais criaram, nem no papel, uma cidade utópica onde os homens dispensassem o poder coercitivo do Estado e a sua organização administrativa, judiciária e policial, exatamente por possuírem uma altíssima consciência individual do interesse coletivo. Nem eles se atreveram a tanto, apesar de toda a sua crença na excelência natural do homem. E o que se pode dizer da Colônia Cecília é que soçobrou, não porque fosse anarquista,

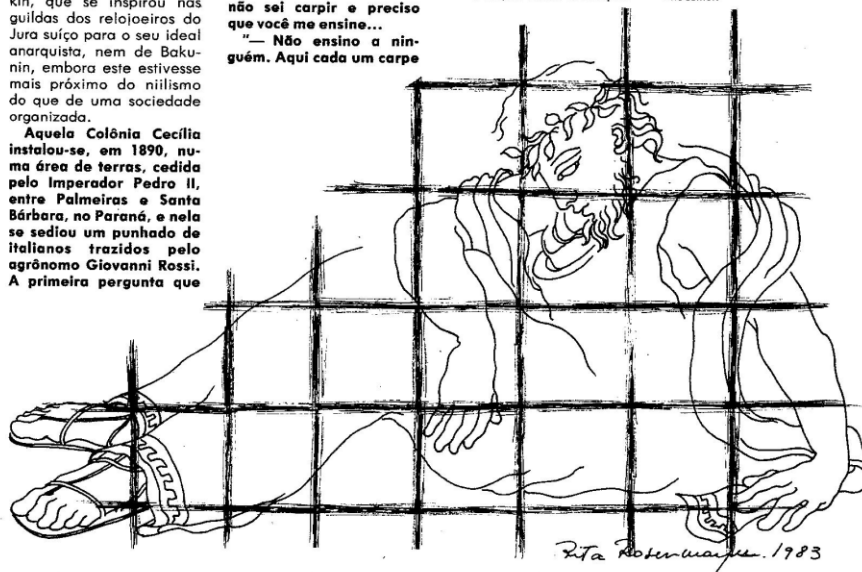
mas porque os seus membros estavam longe de ser verdadeiros anarquistas, exceção feita de uns poucos, como o Dr. Giovanni Rossi, ele mesmo, aliás, mais preocupado com amar Eleda, tomada de um companheiro, do que em levar o seu empreendimento a bom porto, segundo Afonso Schmidt.

E a Pasárgada? Que dizer da Pasárgada dos poetas, tão lindamente cantada pelo nosso saudoso Manuel Bandeira? Sim, cabe citar os poetas, para quem as utopias são territórios conhecidos, verdadeiras terras-pátrias.

*Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei*

Será a Pasárgada de Bandeira a utopia dos que hoje entendem como anarquismo o desgoverno e o "dolce far niente"? Mesmo assim, para gozar as docuras da terra, é preciso ser amigo do rei... Sim, porque há um rei. E o rei fará alguém trabalhar por nós. Quem? Ora, os anarquistas presos pelos pretorianos reais...

Mário Donato, jornalista, romancista, membro da Academia Paulista de Letras. Autor de *Presença de Anita* e outras obras. Em preparo *No País dos Paulistas*. Rita Rosenmayer, pintora e desenhista. Colabora em *O Estado de S. Paulo* desde 1960. Participou de várias coletâneas sendo premiada diversas vezes: Salão Nacional e Prêmio Leiner.



Um púlpito se ergue contra a classe dominante

Há 343 anos, o Padre Antônio Vieira, em palavras e metáforas candentes, diagnosticava males do Brasil-Colônia, cuja formação purgamos. O que hoje pretende a Teologia da Libertação já estava esboçado nos sermões do notável pregador.

Leonardo Arroyo

Quando D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, veio governar o Brasil em 1640, com o título dado pela primeira vez de vice-rei do Brasil, foi recebido pelo Padre Antônio Vieira com o **Sermão da Visitação de Nossa Senhora**, pregado no Hospital da Misericórdia da Bahia. D. Jorge de Mascarenhas notabilizou-se por uma vida cheia de aventuras, de duro esforço na sua fidelidade à Casa Real, homem de méritos e tristemente arruinado por sua mulher, segundo os melhores historiadores, a Marquesa de Montalvão. Ele não renunciara ao seu espanholismo, e Portugal, na época, lutava nos esforços de libertação da Coroa de Espanha. Creio mesmo que graças à personalidade do marquês de Montalvão não teve o Padre Antônio Vieira o menor cuidado ao diagnosticar os males da terra brasileira, atingindo com suas críticas a Coroa Portuguesa recém-restaurada. Ele sabia, o jesuíta, a quem se dirigia no seu sermão de amor e compaixão pelos subalternos da colônia.

O **Sermão da Visitação de Nossa Senhora** insere-se entre aqueles reveladores da alta coragem, da lucidez, da honradez e do desassombro do grande missionário da Companhia de Jesus. Nele vê a crítica uma das mais antigas e fortes manifestações do que Hernani Cidade chamou de "espírito autonomista que há de relampaguear na Conjuração Mineira", mais tarde, em Vila Rica. E nele se reflete igualmente profundo sentimento de solidariedade com a colônia, sua gente, sua economia

— consciência político-social essa que o ensaísta citado destaca como dando ao Padre Antônio Vieira o espírito "brasileiro, como nenhum português do tempo o poderia ser mais". Esta lúcida consciência de Vieira nascia, evidentemente, de uma participação profunda com as esperanças e com as misérias da terra.

Injustiças contra os índios e negros favoreciam a vitória dos holandeses

la sofrida a guerra com os holandeses representantes da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais quando chegou D. Jorge de Mascarenhas. Muita coisa nos subterrâneos da administração colonial, embora acesa a luta contra os batistas, parecia padecer de profundo desequilíbrio, inclusive porque, como se expressa Vieira no mesmo Sermão, alguns delegados de El-Rei "não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens". Por outro lado, havia manifesta injustiça contra os nativos, os mazombos, os negros e os índios que participavam do esforço de libertação, injustiça, aliás, que atingia também o soldado reinol. Tais anomalias na infraestrutura da colônia explicavam, para o Padre Antônio Vieira, o sucesso das armas holandesas em todo o Norte do Brasil.

O jesuíta via o fenômeno da dominação batava em

toda a sua extensão e profundidade, considerando desde logo o Brasil, nas palavras do Sermão dirigido ao vice-rei, como um enfermo. A doença do Brasil, dizia, é a falta da devida justiça, "assim da justiça punitiva, que castiga os maus, como da justiça distributiva, que premia os bons". Claro, o Padre Vieira utiliza-se da nomenclatura política do tempo, mas nem por isso perde importância e significação as suas advertências e observações. "Prêmio e castigo — acrescenta — são os dois pólos em que se resolve e sustenta a conservação de qualquer monarquia, e porque ambos faltaram sempre ao Brasil, por isso se arruinou e caiu." E mais contundente ainda: "Sem justiça não há reino, nem província, nem cidade, nem ainda companhia de ladroes que se possa conservar-se." Na realidade não se obedeciam às leis e, lembrando Aristóteles, podia-se dizer que "as leis não são boas porque se mandam, senão porque bem se guardam". São lições, como se vê, de premente atualidade.

O problema se fundamentava na justiça, necessária e imperativa para os males do enfermo. Entretanto, "não lhe basta aquela parte da justiça que com o rigor do castigo a alimpa dos vícios, como de perniciosos humores, senão que é também necessária a outra parte, que com prêmios proporcionais ao merecimento esforço, sustente e anime a esperança dos homens".

Enfim a causa original das doenças do Brasil era "tomar o alheio, cobiças,

interesses, ganhos e conveniências particulares, por onde a justiça se não guarda e o Estado se perde". O desprezo dos reinóis pelos soldados nativos revoltava o Padre Antônio Vieira, que abrangia em suas críticas igualmente a voracidade fiscalista da metrópole. A enfermidade do Brasil o atingia no coração e na cabeça, "sangrando-o por outra parte os tributos em todas as veias, milagre é que não tenha expirado". Ia mais além ao lembrar que "desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposições e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas (que até a humildade deste nome se sujeitava à necessidade ou se abatia à cobiça), e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia". No seu desabafo total diante do vice-rei — perdurável Antônio! — o Padre Vieira não media as consequências de suas palavras ao dizer que "muito deu em seu tempo Pernambuco; muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o Brasil o dá, Portugal o leva". No Sermão expõe Vieira a parábola da nuvem que se formava com as águas da Bahia e ia chover em Portugal. A nuvem é comparada aos administradores reinóis que, quando chegavam à Bahia, "não fazem mais que chupar, adquirir, juntar, encher-se (por meios ocultos, mas sabidos), e, no cabo de três ou quatro anos, em vez de fertilizarem a nossa terra com a água que era nossa, abrem as asas ao vento, e vão chover a Lisboa, desperdiçar a Madrid". E a água formadora dessas nuvens não seria tirada da abundância do mar, "senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre, que não sei como atura já tanto a constância e fidelidade destes vassallos".

Precursor da Teologia da Libertação e de nossa autonomia política

Bem entendidas as coisas — e vale a pena reler esse notável Sermão para sentir sua atualidade — o Padre Antônio Vieira não foi só o precursor de nossa autono-

mia política, o que lhe bastava para a glória de continuar vivo. Lançou também as preliminares do que se denomina hoje Teologia da Libertação. Afinal de contas era ele entendido em Santo Tomás de Aquino e não vulgar mercador de almas e de consciências.

O Padre Antônio Vieira abria crédito para a administração do vice-rei, D. Jorge de Mascarenhas, dirigindo-lhe dramático apelo: "Vós os que governais a República não atenteis só para a fraqueza do enfermo, que bem vemos quão pouca substância tem, e quão debilitado está, mas olhai muito para o bem da saúde e para a importância do remédio." Nesse crédito alargavam-se novas perspectivas de fé, que se completaria nas palavras de outro sermão, o **Sermão da Domingo Vigésima Segunda (Post Pentecostem)**: "Não basta que o que houver de governar seja homem com alma; mas é necessário que seja alma com homem. Se tiver alma e boa alma, não querá fazer mal; mas se juntamente não tiver atividade e resolução e talento de homem, não fará coisa boa. Deu-lhe Deus memória, entendimento e vontade: o entendimento para que se lembre da sua obrigação; o entendimento para que saiba o que há de mandar, e a vontade para querer o que for melhor." Na conclusão proclama o Padre Vieira, em palavras candentes, a sua solidariedade à colônia e deixa lições que ainda hoje, mudando-se os vocabúlos, não perdem de todo sua significação: "Tudo que der a Bahia, para a Bahia há de ser; tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há de gastar." Já Vieira preconizava o fortalecimento do mercado interno consumidor como solução, meio e instrumento, para o desenvolvimento de uma nação.

O **Sermão da Visitação de Nossa Senhora** guarda implicações muito sérias de política, economia e moral e não apenas religiosas, ou seja, intemporais. O sofrimento e a espoliação dos que se batiam contra os homens da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, a "ganância dos que se locupletaram" e "as deficiências criminosas" dos que atuaram mal e deixaram os holandeses firmar bases na conquista, constituem quadros demonstrativos de que os homens não progrediram (alguns ho-

Bem entendidas as coisas — e vale a pena reler esse notável Sermão para sentir sua atualidade —, o Padre Antônio Vieira não foi só o precursor de nossa autonomia política, o que lhe bastava para a glória de continuar vivo. Lançou também as preliminares do que se denomina hoje "teologia da libertação". Afinal de contas era ele entendido em Santo Tomás de Aquino e não vulgar mercador de almas e de consciências.

mens, sejamos claros) muito através da História. "Sem justiça se começou esta guerra, diz Vieira, sem justiça se continuou, e por falta de justiça chegou ao miserável estado em que a vemos."

Crítica direta à classe dominante deixava a Colônia em estado de desespero e suspeição

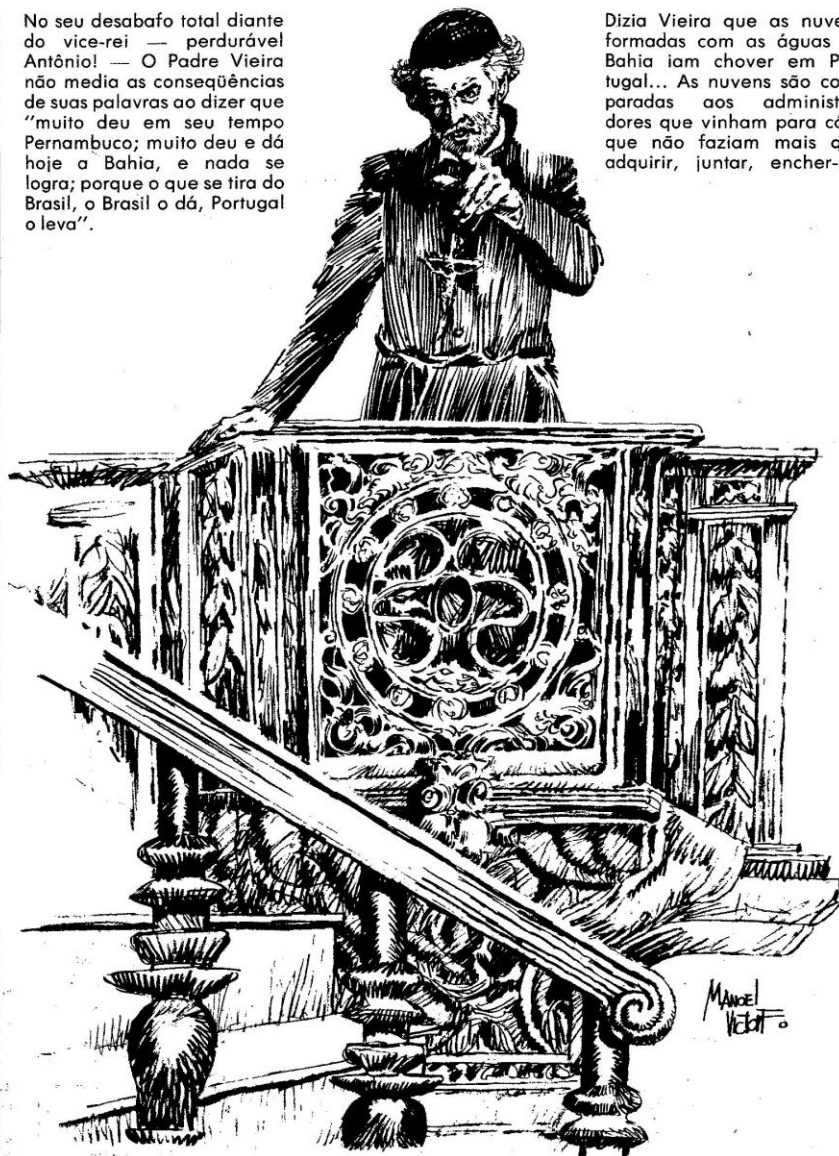
Essa falta de justiça na terra, a justiça que o missionário defendia tanto com seu caráter punitivo como premiativo, é matéria de passagens de vários sermões seus. O Padre Antônio Vieira, na sua liderança religiosa, arcava sozinho com o tumultuado desespero da gente nativa, escudado na Companhia de Jesus, e ousava contrariar os interesses estabelecidos. Já a ele, também ao Padre Antônio Vieira, repugnava a atuação gratuita da Igreja no intemporal, em apenas valores religiosos, compensando a miséria, a iniquidade e o sofrimento, com as promessas do reino do Céu.

Noutras áreas surgiram vozes descontentes, como a desse "gênio do insulto", que foi Gregório de Matos:

*Todos somos ruins, todos perversos,
Só nos distingue o vício e a virtude
De que uns são comunsais, outros advérsos.*

Mas a voz de Gregório de Matos, ao que parece, não foi levada a sério, porque lhe faltavam as virtudes e autoridade que sobravam ao Padre Antônio Vieira, que fazia uma crítica direta à classe dominante do tempo, cujo mau hábito de ignorar as necessidades e injustiças de outras classes levaram sempre, e mantiveram, a colônia a um permanente estado de sujeição intolerável, desespero e suspeição. Todavia, força é reconhecer, como a História o demonstraria em breves meses, os lamentos do Padre Vieira caíram em terra sáfara, além de enfermo. Os vícios continuaram. O vice-rei foi acusado e levado preso para Lisboa (naquele tempo até um vice-rei podia ainda ser preso), pois se duvidava de sua fidelidade à restaurada Co-

No seu desabafo total diante do vice-rei — perdurável Antônio! — O Padre Vieira não media as consequências de suas palavras ao dizer que "muito deu em seu tempo Pernambuco; muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, o Brasil o dá, Portugal o leva".



Dizia Vieira que as nuvens formadas com as águas da Bahia iam chover em Portugal... As nuvens são comparadas aos administradores que vinham para cá e que não faziam mais que adquirir, juntar, encher-se.

roa Portuguesa, pois era ele, "como" vimos, casado com uma espanhola jacobina, e dois filhos seus haviam abandonado Portugal para se refugiar na Espanha. Aliás a prisão de Mascarenhas parece ter sido arbitrariedade do Padre Francisco de Vilhena. Recebera este instruções de D. João IV para vigiar Mascarenhas, com "instruções pa-

ra, no caso de o vice-rei não se lhe manter fiel, o prender, substituindo-o por três governadores, que indicava". O Padre Vilhena foi além das chinelas. A verdade, porém, foi proclamada e D. Jorge de Mascarenhas reabilitado logo depois. Desta forma, tudo que preconizava e proclamava no seu famoso **Sermão do Hospital da Misericórdia**

da Bahia — castigo aos criminosos, prêmio aos beneméritos, repressão às violências dos grandes e socorro aos gemidos dos pequenos — o Padre Antônio Vieira semeou em terreno improdutivo. Os males da terra continuaram os mesmos e o mundo ia como ia, para mudar o tempo do verbo que Vieira empregara: o mundo vai como vai.

Leonardo Arroyo, escritor, jornalista e ensaísta. Autor da obra de contos (*Viagem para Málaga, Absoluto e o Rei*) e trabalho sobre História. ✱ Manoel Victor Filho, professor de desenho, pintor, ilustrador e programador visual. Ilustrou as obras infantis de Monteiro Lobato.

Sem a preocupação do suspense, a narrativa conduz o leitor a um envolvente processo de empatia. O lirismo se entremeia com a ternura, a que não falta, bem dosada, doloroso toque de "humour".

A Visita do Filho

Com a cabeça esclerosada pela idade, a ordem para Inácio era não sair. Lá fora a cidade parecia outra, palpitante

Moreira Campos

Ele quer visitar o filho e os netos. Principalmente o filho. Conversar com ele. Ou será que o filho o visitou recentemente? Sim, sim. Tomaram café juntos, o filho lhe trouxe o vidro de remédio. De repente lembra-se das coisas com muita nitidez, sobretudo das mais antigas, as do tempo de criança. Ri sozinho e bate palmas. Lembra-se da telha que se despregou do beiral e lhe feriu a testa, quando tinha apenas cinco anos. Mostra a cicatriz no couro cabeludo, porque, quando a pessoa cresce, a marca também se deslocava, ia andando. A dele estava quase no meio da cabeça:

— Aqui.
Funcionam as áreas lúcidas, e ele tem a consciência de que não deve sair de casa. É o que o filho

lhe recomenda sempre, quando o visita:

— O senhor não saia, pelo amor de Deus.

Bate com a cabeça, compreendendo. Obedece ao filho, apesar de o portão com cadeado nem sempre permanecer fechado. Perambula pelo pequeno jardim. Examina as papoulas, diverte-se com o beija-flor, que vibra no ar e partiu como uma flexa. Ri. Às vezes vai à bodega da esquina comprar cigarros. Já não se lembra da marca do cigarro, mas o bodegueiro sabe, e manda depois receber o dinheiro de D. Laurinda, mulher dele. A negra Romana deixa a pia da cozinha e vai à procura dele na bodega, enxugando as mãos na saia e aborrecida. Chega a ralhá-lo:

— Pra casa!

Negra sem-vergonha e mandona, que ele mesmo já comera dentro de casa quando mais moço. Agora querendo dar ordem, comandar. A mulher, que é gorda, os óculos grossos como fundo de garrafa, as contos do terço balbucias diante do oratório, também o vigia, paciente. Mas ele está sempre pelo jardim ou conversa com alguém que passa pelo portão. Pelo basculante da janela, D. Laurinda o viu, em plena luz do dia, mijando dentro do jarro de samambaia no jardim:

— Inácio!

Assustou-se, encabulado. À noite, vai à rede dela. Está descomposta, a camisola suspensa. Escorrega-lhe a mão pela velha coxa. A mulher desperta estremunhada:

— Vai dormir, homem de Deus! Levanta-se, espreguiça-se muito, faz luz e prepara-lhe a dose de calmante, mais branda:

— Vá dormir, meu filho. Vá. Leva-o pelo braço.

Não sair de casa. É a recomendação do filho, a quem ele obedece muito. Mas quer visitá-lo, também ver os netos. Quando a mulher saiu para a missa, ele examinou em volta. A negra Romana na cozinha, o cacarejo da galinha amarrada no mamoeiro, a voz do rádio de pilhas em cima da geladeira.

Saiu.

Consultou o mundo. A cidade parecia outra. Pelo menos aquele canto onde ele estava. A avenida larga e asfaltada, os automóveis e ônibus. Conhecía bem a casa do filho. Na esquina, de cor amarela, a trepadeira sobre o arco de ferro do portão. Sabia muito bem. Ficou na parada de ônibus. Subiu com os outros passageiros. Houve encrência na barboleta, porque não trazia dinheiro. Perplexidades. Um homem daqueles só podia estar esquecido e perdido no mundo. Bem parecido, ainda forte e corado, a cabeça um capulho de algodão, de blusa de pijama e chinélas. O motorista indagou de longe, sem deixar a poltrona:

— Pra onde o senhor vai?

Levou a mão ao ouvido cabeludo:

— Hem?

— Pra onde vai, vovô?

Ria, meio surpreso:

— Ora, visitar meu filho.

Muitos risos. O ônibus demorava. Alguém se propôs a pagar-lhe a passagem, que o motorista recusou. O melhor era deixá-lo por ali mesmo. Talvez estivesse mais próximo de casa e alguém o conhecesse. O próprio trocador o ajudou a descer, e ele ainda ria da calçada:

— Mas eu sei onde é a casa.

Casa de esquina, de cor amarela, a trepadeira sobre o arco de ferro do portão. Fazia anos que o filho morava ali. Andou. Aligeirava os passos e abria muito os braços ao atravessar a rua: funcionavam os momentos de lucidez. Seria aquela a casa? Parecida. Consultava. Voltou a procurar no bolso do pijama a carteira de cigarros, que não encontrava. Indagou do menino quem era que morava na casa da esquina.

— Sei não, Seu Zé.

A cidade estava diferente. Esta outra praça enorme, o edifício em construção, os andaimes. E se o filho se tivesse mudado, sem avisá-lo? Não, não. A casa seria sempre a mesma: a trepadeira, que estalava as vagens atirando as sementes longe. Como era o nome da rua? Canuto... Canuto... A memória não completava. Caiu a noite, ele perambulava e se detinha nas pontas de calçada, sempre a consultar a frente das casas e as criaturas. Sentiu sede e bateu palmas numa porta. A empregada o serviu com ar curioso.

— Que rua é esta?

— Marcondes Pereira.

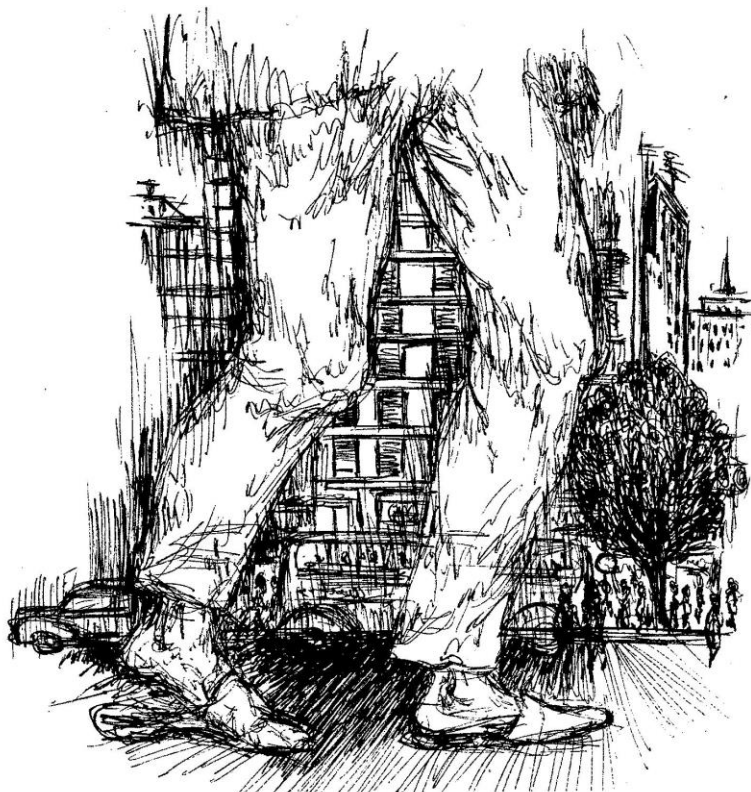
— Como?

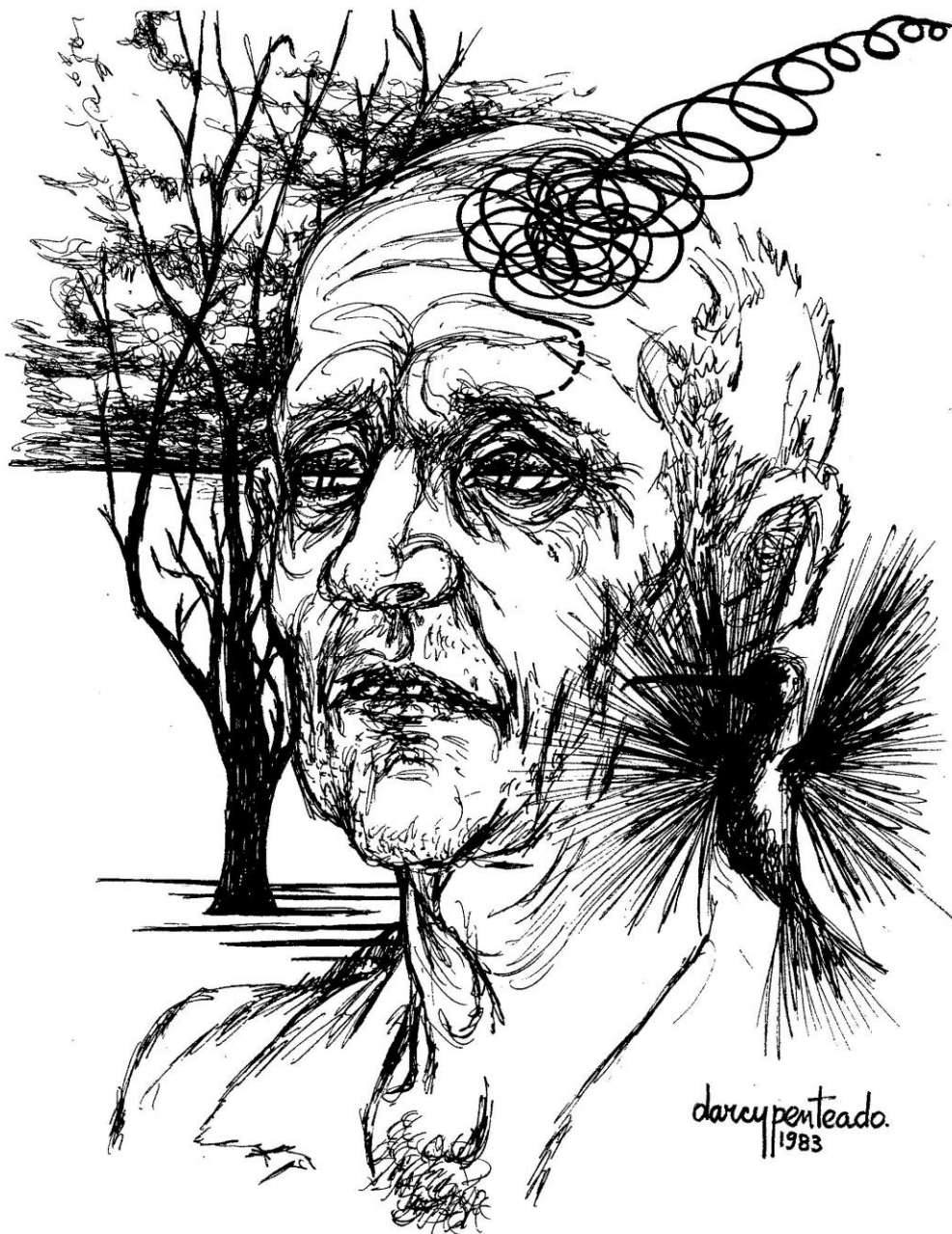
— Marcondes Pereira.

— Não é Canuto... Canuto...?

— Não senhor.

Já o rádio anunciava o seu desaparecimento. Dava-lhe o nome todo e registrava detalhes. A negra Romana dissera que ele só podia estar com a mesma roupa de sem-





pre e de chinelas. Um dado que acharam importante: sofria de esclerose.

Alguém o reconheceu. De dedo suspenso no ar, lembrando-se, ele deu indicações. Localizaram o escritório do filho. O telefonema. Dormira no posto de gasolina, quase próximo de casa, na outra rua, sentado no banco e encostado na parede. Comera um saco de pipoca que o moço da bomba de gasolina lhe dera. Foi o que explicaram ao filho, contrariado e ríspido, en-

quanto o táxi aguardava na esquina:

— Que foi isso, pai?

O ar continuava manso e indagador. Por que, por que todos ralhavam? O próprio pessoal do posto achava de se meter na vida dele. Tivesse cuidado, não saísse de casa, podia morrer. Ora, bolas, durma com uma destas! O filho, ele e o chofer dirigiram-se ao táxi. O chofer, curioso, achava estranho que ele já estivesse naquele processo de esquecimento:

— Ainda não é tão velho.

— Mas acontece.

Pai e filho sentaram-se no banco traseiro. Silêncio. O sinal fechou.

— Faça mais isso não, pai. Eu lhe peço.

O jeito dele agora era de grande encabulamento. Encolhia-se, metia as mãos entre as coxas magras:

— Quería conversar com você.

O filho batia-lhe repetidamente na perna:

— Sei, sei. Compreendo.

José Maria Moreira Campos, professor da Universidade do Ceará. Autor, entre outros livros, de contos, *Vidas Marginais*, *Portas Fechadas*, *As Vozes do Morto*, *Puxador de Terço*. Prêmio do Instituto Nacional do Livro. Figura em antologias nacionais e estrangeiras. ✱ Darcy Penteado, ilustrador, pintor, cenógrafo e teatrólogo. Autor de quatro romances, entre os quais: *Nivaldo e Jerônimo*.

SARGENTO GETÚLIO

no cinema
toda a grandeza
de um romance

No quase sempre desolado panorama do cinema brasileiro surge agora, vitorioso no Festival de Cinema de Gramado, o **Sargento Getúlio** que sobressai pela técnica e pela fixação fiel do universo mental do homem nordestino. O livro, que inspirou o filme e traz o mesmo nome da obra cinematográfica (de autoria do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro), percorreu áspere caminho até chegar ao reconhecimento geral expresso em várias edições e traduções para diversos países.

Orlando Fassoli



A vitória de **Sargento Getúlio** no último festival de cinema de Gramado, o mais importante do País, apenas veio revelar o fato de que nem sempre o filme nacional se dá mal com a literatura nacional. Se é verdade que às vezes uma adaptação de obra literária se afunda porque infiel ao romance, como no caso recente de **Gabriela**, é verdade também que algumas grandes obras de escritores brasileiros têm sido enriquecidas por filmes vigorosos que marcaram época, o que, creio, já é uma realidade no caso da transposição que o jovem diretor Hermano Penna realizou em cima do livro de João Ubaldo Ribeiro.

Sargento Getúlio teve uma trajetória tão áspere e penosa quanto a do personagem principal desta epopéia nordestina onde se concentra uma universalidade de valores. Foram precisos cinco anos de andanças discutindo com produtores e exibidores com pouco interesse as possibilidades de ampliar para 35 milímetros o filme originalmente feito sem pretensões em 16 milímetros. Um calvário que acabou quando se viu consagrado em Gramado por público e crítica, aclamado como autor da melhor obra do festival, com toda justiça, porque estava materializada em imagens a narrativa difícil de João Ubaldo, e se fixava no Getúlio interpretado com raça pelo ator Lima Duarte toda a ambiguidade de um personagem desenhado com pinceladas de sarcasmo e ironia, tragédia e violência, bem próximo de um Augusto Matraga ou de um Antônio das Mortes e com a aridez das figuras de Graciliano Ramos em **Vidas Secas**.

Filme com o cheiro típico de epopéia, levando como pano de fundo a área assolada do Nordeste

Na verdade, o que menos tem **Sargento Getúlio** é uma história. Não se busca, nem na literatura nem no filme, a intenção de se fixar sobre um determinado tema, e sim sobre as contradições de um personagem cuja grandeza está nos sentimentos e não na ação. Acompanhando Getúlio na sua caminhada entre Paulo Afonso e Barra dos Coqueiros, levando de arrastão, comoção na coleira, um preso político, inimigo do patrão, nós participamos de um filme que

Cena de arrebatamento de Lima Duarte expressando um momento epopéico.

tem o cheiro típico da epopéia, o que Hermano Penna consegue porque, fiel ao romance, teve sensibilidade para organizar a caótica — no bom termo — estrutura narrativa do romance, construída quase em forma de um longo monólogo só rompido nos momentos em que, dentro do velho carro Hudson ou fora dele, cruzando estradas poeirentas ou descansando em redes mambembes enquanto toma seus goles de cachaça, Getúlio conversa com Amaro.

Ubaldo criou, na literatura, e Hermano Penna colocou no cinema, com imagens vigorosas, um dos personagens mais comovedores surgidos no filme brasileiro depois de **A Hora e Vez de Augusto Matraga**, de Roberto Santos. Temos com ele, no filme, um painel rigoroso do universo mental do homem nordestino, uma espécie de enciclopédia do pensamento inconsciente do homem dos sertões, de suas contradições existenciais muito bem colocadas nos monólogos e nos poucos diálogos, de sua obstinação, visão trágica de um ser humano que marcha inexoravelmente para a destruição e que, ignorante, não tem condições de compreender o processo de transformação política do qual acaba sendo vítima ao se recusar a devolver o prisioneiro.

Dimensão humana ao herói com a vida e a morte se batendo em constante duelo

Dentro desse contexto de conflito, o que mais atrai, na adaptação realizada a duas mãos — Hermano Penna e Flávio Porto —, é o significado e a dimensão humana que se dá ao herói da gesta.

O romance de João Ubaldo Ribeiro, para a sorte dele, encontrou no cinema de Hermano Penna um notável defensor, já que, com extrema e até espantosa habilidade, o cineasta conseguiu recriar em imagens todo o acentuado irracionalismo técnico-narrativo de um romance cuja adaptação era um verdadeiro desafio a quem fosse tentar pela primeira vez. Os que leram o livro de João Ubaldo certamente ficarão satisfeitos com o resultado dessa manipulação da literatura que, na relação entre filme e romance, nem sempre alcança o nível que se espera, e basta ver o caso, por exemplo, de **Grande Sertão: Veredas**, de Guimarães Rosa, um grande desastre para

um livro épico, ainda esperando uma versão cinematográfica que faça justiça aos seus valores quando se sabe que foi destruído na primeira adaptação realizada pelos irmãos Geraldo e Renato Santos Pereira, em 1965.

A verdade é que, na relação entre cinema e literatura, o cinema sempre acaba perdendo, não apenas em termos nacionais. Os franceses dizem que há certos "caprichos do azar": um Faulkner pode ser verificado para um péssimo cinema assim como a literatura B de Brahm Stoker pode gerar um clássico como *Nosferatu* via Murnau. O que seriam *Vidas Secas* e *Lição de Amor*, por exemplo, se os seus realizadores não tivessem a sensibilidade de um Nelson Pereira dos Santos ou de um Edurdo Escorel? Ou um *Macunaíma*, também difícil, se não houvesse a habilidade cinematográfica de um Joaquim Pedro de Andrade?

O fato é que, entre os escritores brasileiros, poucos tiveram a sorte de encontrar adaptações eficientes quanto Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Nelson Rodrigues (no caso de *Toda Nudez Será Castigada*), Dias Gomes (*O Pagador de Promessas*), Jorge Andrade (*Vereda da Salvação*), Lúcio Cardoso (*A Casa Assassinada*), José Lins do Rego (*Menino do Engenho*) e alguns outros romancistas bem utilizados por cineastas competentes que manipularam com fidelidade os textos originais. Outros, por seu lado, aniquilaram determinados romances através da chamada "liberdade

Getúlio conversa com o motorista Amaro (Orlando Vieira), um dos poucos momentos em que a tensão diminui na caminhada épica.

de poética", que na maioria das vezes leva à degeneração do romance filmado.

A fidelidade ao texto em *Sargento Getúlio*, qualidade que poucos filmes conseguiram.
Nem Gabriela.

No caso do cinema brasileiro, pode-se exemplificar, como altos momentos de uma íntima reunião entre cinema e literatura, os casos de Roberto Santos com sua versão de *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, do qual *Sargento Getúlio* está muito próximo; de Graciliano Ramos com a adaptação realizada por Nelson Pereira dos Santos sobre *Vidas Secas* e on-

de o diretor não traiu nem o romance nem a linguagem cinematográfica porque já encontrou, no próprio livro, um roteiro de cinema praticamente pronto; e *Menino do Engenho*, onde Walter Lima Júnior, uma boa presença de José Lins do Rego com sua literatura primitiva, que o diretor transforma para uma dimensão poética ao observar a história através dos olhos de um menino.

Dentro desse panorama, as relações cinema/literatura também alcançaram bons resultados do ponto de vista de Arnaldo Jabor ao adaptar o Nelson Rodrigues de *Toda Nudez Será Castigada*, com João Batista de Andrade na versão de *Doramundo*, e com a ótica que Joaquim Pedro deu ao anarquista *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Nos últimos anos, no entanto, talvez o cinema brasileiro não

tenha tido nenhuma versão melhor do que a de Hermanno Penna sobre *Sargento Getúlio*. Expressiva no livro, a narrativa obtém, no cinema, uma identidade cinematográfica própria, lírica e trágica, desenvolvida entre a brutalidade de um personagem que não conhece outros valores senão a matança, a tortura e o senso absoluto do dever, marcado pela estreiteza de espírito, pelo machismo e também por certa aura de bondade, o que o torna simpático aos olhos de quem vê o filme.

Orlando Fossati, jornalista e crítico de cinema da *Folha de S. Paulo*. Participante dos festivais de cinema realizados no País. Representante do Brasil em encontros cinematográficos do Peru, México e Argentina. *Wladir Dupont, jornalista especializado em literatura, contista. Integra o editorial do jornal divulgado pela União Brasileira de Escritores, em São Paulo. Autor de ensaio biográfico sobre Monteiro Lobato.



SARGENTO GETÚLIO - RETRATO FIEL DO BRASIL

DAS FRÁGEIS relações entre o cinema e a literatura, freqüentemente insatisfatórias para os dois lados, penosas até, muito já se discutiu a nível mundial — no Brasil inclusive. No caso específico de *Sargento Getúlio*, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, no entanto, o assunto assume dimensões um pouco especiais e até muito intrigantes. Não só por causa da anunciada qualidade do filme, aparentemente bastante fiel à obra original (João Ubaldo jura em entrevista recente ter escrito apenas 15 linhas do roteiro), mas principalmente porque ele deverá remeter os espectadores de volta a um dos mais empolgantes e sólidos livros brasileiros dos últimos anos. A preocupação é, assim, com o interesse despertado e/ou re-

cendido sobre esta criação, pode-se dizer, sem erro de exagerar, já clássica de João Ubaldo.

De fato, publicado originalmente em 1971 e agora já em quinta edição, com traduções em várias línguas (a inglesa feita pelo próprio autor), *Sargento Getúlio*, o segundo romance do escritor — o primeiro foi *Setembro Não Faz Sentido* —, percorreu um longo e ápero caminho em direção ao reconhecimento de suas belíssimas qualidades. No início, quando lançado pela Civilização Brasileira, o livro ficou restrito a um grupo pequeno de leitores, que a ele conferiram o que o autor chama de "fama subterrânea". Entre esses leitores privilegiados e entusiasmados estava certamente outro baiano do ramo, Jorge Amado. E

não se pode dizer que hoje, passados 12 anos, *Sargento Getúlio* tenha sido lido, compreendido e respeitado como merece.

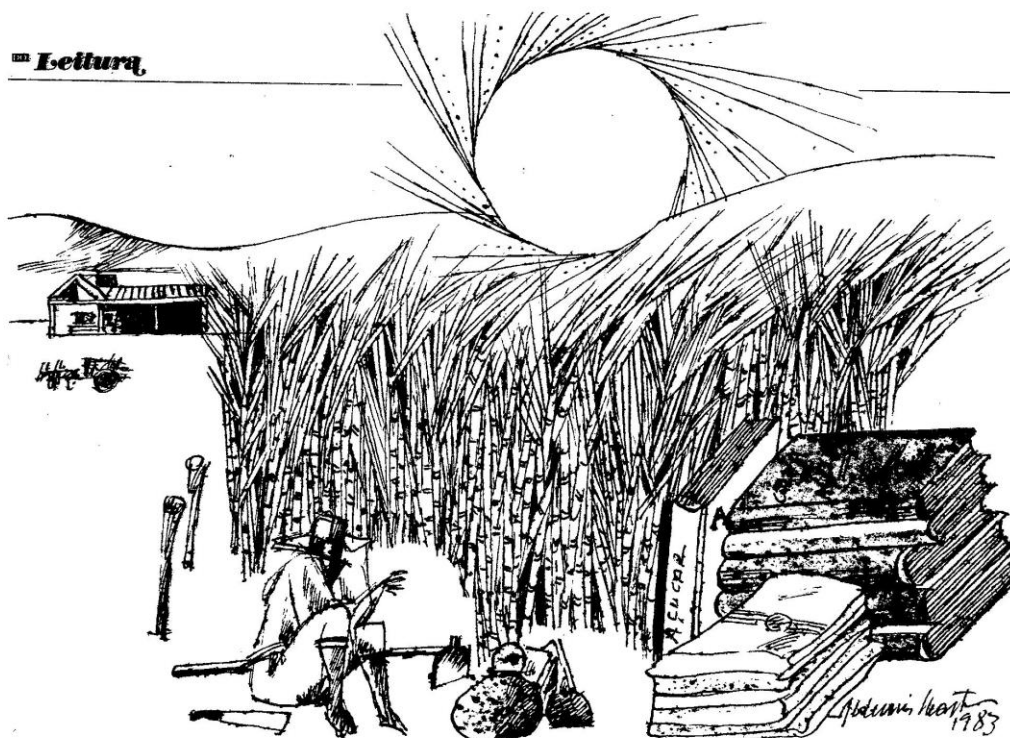
Na verdade, não seria pertinente ou relevante analisar aqui por que o livro não estourou antes — ou ainda. Devemos, isso sim, aproveitar esta oportunidade de lançamento do filme para ressaltar, uma vez mais, as grandes virtudes da obra — tanto quanto à forma como quanto à história. Como ponto de referência, poderíamos, mas isso não é fundamental, engrossar o grupo daqueles que vêem em *Sargento Getúlio* um *Os Sete* reescrito; ou então nele encontrar ressonâncias de um Guimarães Rosa. De repente, até de José Lins do Rego ou Graciliano Ramos nos faz lembrar.

Sargento Getúlio, para quem ainda não o conhece, é um livro de leitura à primeira vista difícil, pois como adverte seu próprio autor está escrito em *sergipês*, neste predominando à exaustão a oralidade e as estruturas arcaicas de linguagem ainda existentes no Nordeste. O leitor freqüentemente é obrigado a voltar atrás e reler certos trechos. Contudo, à medida que se desenrola a história do *Sargento Getúlio*, que pela dura seridão nordestino leva um prisioneiro sob sua responsabilidade, essa forma e técnica sutilmente manipuladas envolvem o leitor de maneira incontrolável. À altura do terceiro capítulo, é virtualmente impossível abandonar o livro.

Por outro lado, e esse talvez seja o mérito maior do

livro, sob a aparência de uma missão policial em circunstâncias muito peculiares, João Ubaldo revela um panorama espantoso do Interior do Brasil e, como bem assinala o crítico e também escritor nordestino Hélio Pólvora, "consegue concentrar no seu protagonista o processo cultural de toda uma vasta região e suas consequências". Assim, ao descrever a profissão de coveiro, o *Sargento Getúlio*, figura ao mesmo tempo violenta e terna e cujos monólogos e reflexões interiores perfazem os oito capítulos do livro, diz: "... Coveiro, profissão miserável. Todo paraibano é coveiro. Paraíba é Brasil..." Poderia haver, na literatura brasileira, algo mais inquietante e atual que *Sargento Getúlio*?

Wladir Dupont



Como infra-estrutura, o açúcar gerou um ciclo literário de que José Lins do Rego se fez a expressão mais alta. Surgem, nas obras do escritor nordestino, os problemas da ocupação da terra, das relações sociais de trabalho e notadamente a política dominante dos senhores de engenho.

Na inspiração de escritores, o açúcar e o café

Embora o café traga enormes divisas para o País e tenha mesmo ajudado a construir a nossa civilização, não é ele que predomina nos estudos acadêmicos. Cabe, sim, ao açúcar a hegemonia no campo das artes, principalmente na literatura, cujo expoente máximo é José Lins do Rego. Nesta entrevista, com o historiador Edgard Carone, focaliza-se também a importância desse produto na vida nacional, notadamente de 1945 a 1964, período analisado no livro **A República Liberal**, que deverá ser editado ainda neste primeiro semestre.

D. O. Leitura: O senhor poderia nos falar um pouco da importância do açúcar na economia brasileira, neste período?

Edgard Carone: — O açúcar apresenta uma característica de economia independente no Brasil. Neste período, há um deslocamento do principal eixo produtor, do Nordeste para São Paulo, e uma modernização do processo produtivo. O açúcar continua sendo o produto voltado para o mercado interno e, do total produzido, apenas uma pequena parcela é destinada à produção. Mas, com a subida de Fidel Castro ao poder e a transformação de Cuba em um país comunista, a cota de exportação cubana é distribuída aos demais países da América Latina e o Brasil vai-se tornando um importante exportador de açúcar no mercado mundial. Esse aumento se dá numa época de superprodução açucareira mundial,

o que leva o Brasil a subordinar-se, cada vez mais, aos mecanismos internacionais de preços e cotas.

D. O. Leitura: — Como se processa essa mudança?

E. C.: — A mudança observada nesses anos liga-se à modernização das culturas agrícolas, com o uso de adubos, de irrigação e principalmente com a introdução de novas espécies de cana-de-açúcar. Ao lado dessa "revolução" nos métodos agrícolas, que se inicia timidamente na década de 1930 e depois se acelera, temos dois aspectos: a ampliação do número de usinas, isto é, maior uso de técnica mais moderna, com maior rentabilidade e com aspecto mais racional; e o deslocamento da hegemonia do eixo açucareiro, do Nordeste para o Sul. O processo de substituição do engenho tradicional pela usina moderna é lento, mas

não total. Nos locais mais distantes do grande mercado consumidor, a pequena produção é a que atende a população, ainda mais por ser o açúcar mascavo e a rapadura preferidos ao açúcar cristal ou refinado. Desta forma, a extensão do território nacional e as dificuldades de transporte permitem a subsistência de formas rudimentares de produção, ajudadas pela existência da tradição alimentar.

Açúcar
inspira
literatura

D. O. Leitura: — E a mudança do eixo produtor?

E. C.: — A oscilação para menos do total de usinas

deve-se a vários fatores, como a 2.ª Grande Guerra, momento em que há prejuízo para as usinas do Nordeste, porque o tráfego marítimo torna-se difícil e seu açúcar deixa de abastecer o Sul. De outro lado, as novas usinas instaladas em São Paulo são poderosas e de produção superior à média nordestina. Desta maneira, a diminuição do número de usinas é acompanhada pela maior tonelagem de produção que cresce de 920 mil, em 1945, para três milhões, em 1959. São Paulo, tradicionalmente, é o Estado produtor de café, mas, com a crise, começa o processo de diversificação de suas atividades agrícolas. A única zona onde se cultivava a cana, desde os fins do Império, era a região de Itu e Porto Feliz, zona baixa, propícia à geada, mas de terra roxa. Depois de 1930, lentamente, a cana começa a ser plantada em Piracicaba, São Si-

lva e outros locais. Mas, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1932, impõe-se restrição ao número de usinas e criam-se cotas, medidas que prejudicam o Sul, mas que evitam concorrência aos produtos tradicionais do Nordeste.

D. O. Leitura: — E a importância do açúcar na literatura, na cultura brasileira?

E. C.: — Sobre o açúcar, a literatura dominante é a que vem do Nordeste, e ela abrange todos os campos de sua atividade: a economia, as relações sociais, a literatura, o folclore etc. Se há uma dominância dos estudos em geral sobre o café — outro produto importante na economia nacional — cabe, entretanto, ao açúcar a primazia no campo da literatura. A grande obra é a de José Lins do Rego, com o seu **Menino do Engenho**, **Doidinho**, **Banguê**, **Moleque Ricardo** e **Usina**, que

formam o grande "ciclo da cana-de-açúcar". Nesses volumes temos a análise da ocupação da terra, das relações sociais de trabalho, da dominação política dos senhores de terra, das formas de produção, da relação entre cidade e campo, da formação do proletariado urbano de Recife e mil e um outros aspectos da psicologia social e do comportamento de classe dessa população de agregados e senhores, de comerciantes e industriais, de operários miseráveis e de elites políticas. O romance nordestino do açúcar tem em José Lins do Rego o seu grande retratista — um retrato de uma época e de uma região que até agora só encontra paralelo em Érico Veríssimo e o Rio Grande do Sul.

O café
não teve seu
romancista

D. O. Leitura: — E o café? Ele também foi e continua sendo um dos principais produtos agrícolas do País. Qual a participação do café na cultura brasileira? Há obras importantes sobre o café?

E. C.: — O café não teve até hoje o seu romancista. Os poucos romances que

tratam do café e de sua expansão — ou melhor, que tratam do que podemos chamar de civilização do café — são secundários, que não merecem ser analisados. Apesar de ser um produto agrícola fundamental de nossa economia nos últimos dois séculos, o café ainda não teve um José Lins do Rego. Isto é, aquele que abarcasse num ciclo todas as relações advindas, econômicas, sociais e políticas de uma forma de produção, e que desse a esse panorama um sentido literário e humano profundo, capaz de vivenciar todo um drama e uma riqueza produzida nessa luta pela afirmação de uma classe. O café financiou a Semana de Arte Moderna, por exemplo, mas não serviu de inspiração a uma obra de envergadura como a de José Lins do Rego sobre o açúcar. Há vários poemas, pequenas obras sobre o café. Todas, porém, sem importância.

Edgard Carone, professor de História da Universidade de São Paulo e na Unesp. Entre os livros publicados, República Velha, Estado Novo. Em preparo um volume sobre análise do período 1945/1964. * Aldemir Martins, ilustrador. Prêmio de Desenho do XXVIII Bioten de Veneza.



Apesar de constituir produto agrícola fundamental, na economia brasileira, o café ainda não teve um José Lins do Rego. E aí está um fenômeno intrigante, desafiando a inteligência do cientista político. Não obstante, nota-se a sua presença em alguns contos, em obras esparsas, enfim.



MOÇA TOMANDO CAFÉ

Num salão de Paris
linda moça, de olhar gris,
olha o café.

Mas a moça não sabe, por quem é,
que há um mar azul, antes da sua xícara de café;
e que há um navio longo antes do mar azul...
E que antes do navio longo há uma terra do sul;
e antes da terra um porto, em contínuo vaivém,
com guindastes roncando na boca do trem
e botando letreiros nas costas do mar...
E antes do porto um trem madrugador
sobe-desce da serra a gritar, sem parar,
nas carretilhas que zunem de dor...
E antes da serra está o relógio da estação...
Tudo ofegante como um coração
que está sempre chegando, e palpitando assim.
E antes dessa estação se estende o cafezal.
E antes do cafezal está o homem, por fim,
que derrubou sozinho a floresta brutal.

O homem sujo de terra, o lavrador
que dorme rico, a plantação branca de flor,
e acorda pobre no outro dia... (não faz mal)
com a geada negra que queimou o cafezal.

A riqueza é uma noiva, que fazer
que promete e que falta sem querer...
Chega a vestir-se assim, enfeitada de flor,
na noite branca que é o seu véu nupcial,
mas vem o sol, queima-lhe o véu,
e a conduz loucamente para o céu
arrancando-a das mãos do lavrador.

Quedê o sertão daqui?
lavrador derrubou.
Quedê o lavrador?
está plantando café.
Quedê o café?
Moça bebeu.
Mas a moça, onde está?
está em Paris.
Moça feliz.

Cassiano Ricardo



"A minha alma é do bandido tímido."

Lima Barreto in Marginália

O mês de maio é também o de Lima Barreto.

Apesar das poluições do ambiente e dos barulhos sinistros que nada resolvem, além das omissões oficiais e particulares nestes dias tumultuados, estamos de baixo de céus magníficos, lindos e que viciosamente o mês de maio vai dando à graça do Rio de Janeiro e, aqui, o mulato assumido Afonso Henriques de Lima Barreto chegaria neste mês, no dia 13, aos 102 anos de idade.

Lima Barreto foi um escritor que topou correr o risco. E isso numa república em que, de velho, o crime da omissão é um fato, o farsismo político é um vício, há o domínio "de um feroz sindicato de argentários cupidos" e em que a incompetência e a impunidade são companheiras velhas.

Bêbado ou sóbrio, devendo dinheiro ou com o pai doído metido dentro de casa ou ele mesmo atirado no hospício, esquecido pelas seus contemporâneos, desamado ou fêmedo, avesso ao elogio fácil e aos rebrilhos importados, insignificante amanuense da Secretaria da Guerra, ele era diferente. E era especial: assumia. A cor da epiderme, o risco da denúncia, o miserê de seu povo, a dignidade de ser simples ou paradoxal ou complexo ou carbonário e, sobretudo, a coragem de não silenciar. Libertário, sempre. E dizia mesmo que o ridículo mata e mata sem sangue. Mas também sabia passar o alívio da bondade

aos mais esquecidos, abandonados e violentados do subúrbio, das bibocas, dos expedientes em seus caixotins humanos.

O menos dissimulado dos escritores. Atirava franco e em escala universal

Porque esse mulato nascido em Laranjeiras no finalzinho do Império foi o menos dissimulado dos escritores de seu tempo. Era bom e de tope e para azurinar Copacabana chamava a sua modesta casa, em Todos os Santos, de Vila Quilombo. Tinha a chave e não escondia o segredo, atirava franco, limpo e em grande escala universal. Como Gorki, Gogol, Cervantes, Dickens... E era simples, a chave — entendia, sentia e amava o seu segredo: nas criaturas mais insignificantes e comuns, nos esquecidos, nos lesados e nos evitados pelo estabelecimento estavam as pessoas mais importantes do seu tempo, mexendo-se no mutirão de pingentes urbanos, sobreviventes escorregados lá no "refúgio dos infelizes", o subúrbio — gentes que não deram certo em canto nenhum deste Rio de Janeiro. Mas eram o povo carioca.

Há escritores em que o leitor vê atrás deles uma biblioteca, uma **sapientia**,

O ESCRITOR ASSUME SUA COR. É LIMA BARRETO

João Antônio

uma sofisticação intelectual, uma aflição estética, antes de ver os seus personagens. E há escritores atrás dos quais, ou mesmo ao lado deles, logo se vê, de pronto, um povo — com suas caras, roupas, cheiros, as manjeiras todas de ser. Assim era e é Lima Barreto.

Foram seus sofrimentos 41 anos de solidão preenchidos pela produção, em vertigem, de 17 livros e mais atribulação, calvário e porres?

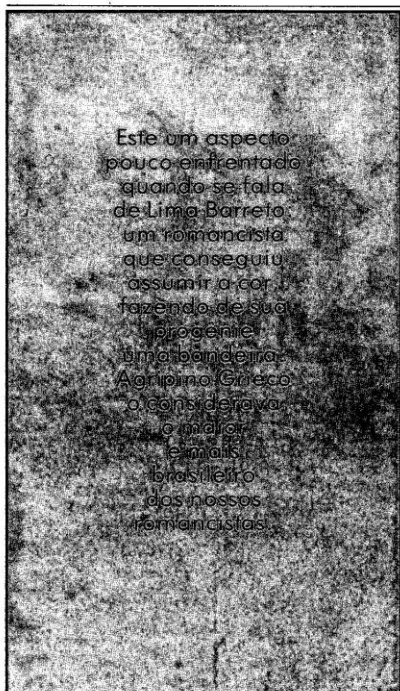
Sim e não. Sim-não. Que ele foi grande, jogou alto e largo, enquanto outras jogaram as regras apenas vigentes e Lima tinha consciência disso. Era um homem a serviço de seu sonho como o próprio Isaías Caminha ou o Major Policarpo Quaresma. E nessa coisa mesquinha não podia entrar. Era especial, insistiu: não admitia "o silêncio é ouro". Era raro e bem tapado o mulato. Tinha amor ou ódio pelos seus personagens e, para ele, obra superior exigia uma condição, "a mais cega e absoluta sinceridade". Vejam, era homem de gostar ou não.

Paradoxo dos paradoxos neste mulato dos mulatos: sua alma era de bandido tímido mas seus arroubos comovem e convencem até hoje. E seu M. J. Gonzaga de Sá, o maior dos passeadores que o Rio de Janeiro já teve, recomendava a doçura como a maior força do mundo.

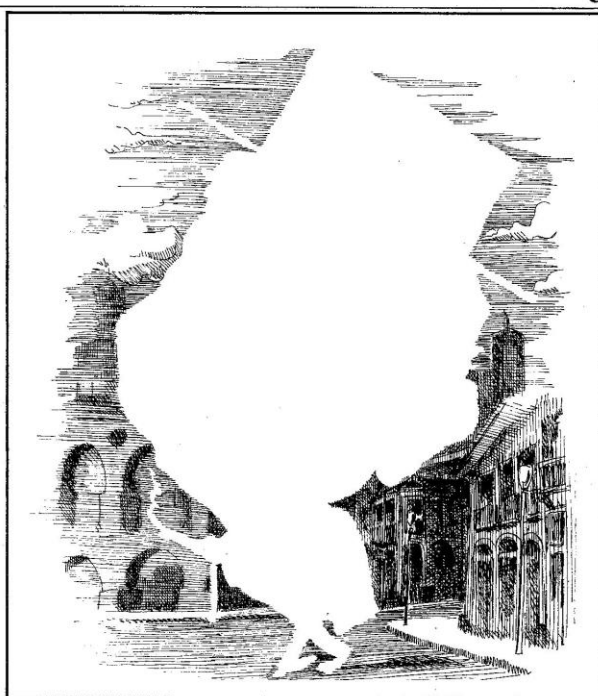
Contudo, tenho alguma esperança, embora se esteja fazendo tão pouco para

esse filho raro. Afinal, para quem morreu esquecida no subúrbio de Todos os Santos sem dinheiro sequer para o enterro, que foi pago no Cemitério São João Batista por um amigo, José Mariano Filho; para quem teve o nome no **index** de um dos nossos principais jornais, o **Correio da Manhã**, durante mais de cinquenta anos após a sua morte; para quem preferiu a pobreza, o isolamento e o desprezo do estabelecimento a ser mais uma inteligência de aluguel a louvar iníquos e poderosos da política ou dos negócios; para quem teve sua obra praticamente interdita até 1952 (trinta anos após a sua morte); para quem escrevia claramente que Coelho Neto era o sujeito mais nefasto desta República e Rui Barbosa não passava, apesar da falsa fama, de um compilador de citações e aforismos ultrapassados e era um João das Regras de voz imperceptível, nem tudo tem corrido mal após ter deixado este país com forma de presunto, esta República das Bruzundangas, conforme o seu gênio a rebatizou.

O primeiro romance para o povo e para o povo ler: Clara dos Anjos



Este um aspecto
pouco enfrentado
quando se fala
de Lima Barreto:
um romancista
que conseguiu
assumir o cor-
raçando de sua
progenie:
uma bandeira
Agripino Grieco
a considejava
o maior
romancista
brasileiro
dos nossos
romancistas.



Hoje se sabe que não se pode falar de literatura brasileira sem ler a sua obra e que ele foi o mais importante romancista da República, embora não tenha podido entrar na Academia Brasileira de Letras. No entanto, Agripino Grieco, jovial sempre, terrível e diabólico com os mediocres e fingidos, simplesmente disparou-lhe um "o maior e mais brasileiro dos nossos romancistas". E, apesar do esquecimento em que foi mantida a sua produção, descobriu-se que **Clara dos Anjos** é talvez o nosso primeiro romance escrito sobre o povo e para o povo ler, que **Gonzaga de Sá** deveria fazer parte de qualquer guia decente da cidade do Rio de Janeiro; os modernistas acabaram compreendendo que o homem era um pioneiro de peso, ousado e renovador, rompendo com todos os padrões dos senhores da literatura da época e reformando o conceito de romance moderno. Hoje o Major Policarpo Quaresma é apontado como o nosso Dom Quixote e, bem ou mal, já frequentou o nosso teatro e foi traduzido em Londres, enquanto se sabe que páginas como **O Homem que Sabia Javanês** ou **A Nova Califórnia** podem pertencer ao acervo da literatura universal.

E no dia 12 de maio de 1981, a própria Academia Brasileira de Letras, nas comemorações do seu centenário de nascimento, abriu suas portas para uma conferência de Francisco de

Assis Barbosa, seu exemplar biógrafo. Tudo isso é pouco na medida em que Lima é pouco conhecido fora do pequeno círculo de iniciados, essa ridícula espécie de guetinho cultural em que vivemos. É pouco para ele que tinha muito a ver com o Brasil e dividas ancestrais a cobrar como, por exemplo, a hora e a vez dos valores do negro na vida brasileira.

O Rio e o Brasil tiveram e têm poucos cronistas do peso de Lima Barreto e, com certeza, não tiveram nenhum defensor mais inquieto e competente. Nunca saiu de sua pena uma frase sobre este país que pudesse ser chamada de impessoal. Do ponto de vista carioca, além de empenhado, foi o mais carioca de todos os escritores. Disparadamente. Porque nele a cidade do Rio de Janeiro doia. Ela que se redimia e se orgulha de já ter tido um Afonso Henriques de Lima Barreto.

PEQUENO INFORME BIOGRÁFICO

O autor de **Policarpo Quaresma** nasceu a 13 de maio de 1881 no Rio de Janeiro. Era o filho mais velho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora Amália Augusta Barreto. Aperturas econômicas e doenças acompanharam a vida do escritor desde cedo: sua mãe morreu tuberculosa quando ele tinha seis anos e seu pai enlouqueceu quando o filho estudava na Escola Politécnica.

Lima jamais concluiu o curso. Tendo de manter pai, dois irmãos e mais cinco agregados, fez concurso para amanuense, na Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra. Tomou posse a 28 de outubro de 1903. A família mudou-se para o subúrbio. Jovem, tímido, orgulhoso, era dado à boêmia e a atitudes independentes. O pai estava enclausurado em casa e Lima Barreto sobrevivia como funcionário pública e professor particular. Refugiando-se nos livros, fez uma biblioteca a que denominou **limana** e seus preferidos eram Cervantes, Balzac, Tolstói.

Começa, aos 24 anos, a escrever **Recordações do Escrivão Isaías Caminha** e é colaborador do **Correio da Manhã**. Trabalhou na redação do **Fon-Fon**, publicou quatro números da revista **Floral**. A esta altura já se tinha incompatibilizado com muitos. É em janeiro de 1911 que começa a escrever **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Publica o romance quatro anos depois com dinheiro emprestado. Por esse tempo, bebendo muito, tendo alucinações, delirando, fazia sua primeira passagem pelo hospício.

Cronista e articulista de produção intensa, corajoso, combativo, trabalhou no **O Jornal do Comércio**, no **Correio da Noite**, em **A Noite**, na **Caretta**. Também em livros sua produção foi fecunda: **Numa e Ninfa**, **Bruzundangas**, **Marginália**, **Vida e Morte de M. J. Gon-**

zaga de Sá. Em agosto de 1917, em carta a Rui Barbosa, candidata-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga de Sousa Bandeira. Fez mais duas tentativas e perdeu. Aos 37 anos era inválido para o serviço público por "epilepsia tóxica". Difícil destacar suas obras mais importantes, mas **Gonzaga de Sá**, **Clara dos Anjos** e **Bagatelas** indicam suas principais vertentes como autor. Consumido pelo álcool, não consegue terminar **O Cemitério dos Vivos**. Morre a 1.º de novembro de 1922, de gripe torácica e colapso cardíaco. Dois dias depois, morria seu pai e foram ambos sepultados na mesma campa. Lima Barreto faleceu com apenas 41 anos.

João Antônio, escritor, jornalista e conferencista. Autor dos livros de contos **Malaguel**, **Perus e Bacaneco**, **Os Duros** e outros. Prêmios: Fábio Prado, da União Brasileira de Escritores e Jabuti (revelação de autor e melhor livro de contos) e da APCA. * Gepp, ilustrador, caricaturista e escultor. Duas vezes recebeu o Prêmio Abílio de Jornalismo — setor Ilustração — e também menções honoríficas do Clube de Criação. Tem seus trabalhos divulgados no **Jornal da Tarde** e diversas revistas do País.

Corvinho
Quando Lee Stan G. J. J.
O pr. fu mace, etc.



Geografia social

O homem com rei na barriga
era o dono da usina.
O rapagão com cara de dono do mundo
era seu filho.
O velho descalço, de roupa rasgada,
de cara humilhada,
era **COSSACO** do eito.
A moça tão linda quanto analfabeta
era filha do velho.
A criança vermelha
que acabou de nascer
trazia nas veias o sangue dos quatro,
mas, no registro civil,
escreveu-se simplesmente:
Luís Antônio da Silva,
filho de Antônia da Silva...

Lições opostas

A professora ensinava:
substantivo abstrato é o que existe
mas nós não o vemos.
Exemplificava:
penúria, angústia,
dor, fome, tristeza, miséria.
Tudo é substantivo abstrato.
Hoje, com a minha experiência
eu lhe responderia:
— Então, professora,
na favela não existe
substantivo abstrato.

REDAÇÃO DO JORNAL DO ESTADO
Marilite Pozzoli, poetisa, professora,
atriz e declamadora. Sete livros de
poesia, entre os quais: *Sonho ao Al-
cance da Mão, Atrás a Primeira Flor e
Enquanto Espero as Rosas.* Italo
Cenci, pintor e ilustrador, com vá-
rias exposições no Brasil e Exterior.

Marilite Pozzoli

DO *Leitura*

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A — IMESP
Diretor-Superintendente: Audálio Ferreira Dantas
D.O. LEITURA — Editor: Ruy Marcucci
Redação: Rua da Mooca, 1.921 — Telefone: 291-3344 — ramal 344.
Composto e Impresso nas oficinas da IMESP.

